

Combate à violência contra as mulheres deve ganhar mais espaço nas instituições de ensino

O Governo Federal lançou no final de março um pacote de ações para fazer valer o “Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio”, firmado em fevereiro deste ano entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entre as iniciativas, no campo da Educação está a inclusão no currículo escolar de conteúdos relativos ao combate à violência contra meninas e mulheres, que deve impactar cerca de 46 milhões de estudantes em todo o país.

Para a fundadora do Instituto Maira Bandeira, que oferece aulas de defesa pessoal, além de apoio psicológico e jurídico a mulheres e crianças vítimas de violência física, psicológica e sexual, políticas de combate à violência contra as mulheres nas instituições de ensino é um passo fundamental. “É na formação do indivíduo que se aprende o respeito ao próximo. Quem for educado de forma correta, dificilmente cometerá violência de gênero. Hoje, no entanto, as ações concentram-se mais no enfrentamento do que na prevenção”, avalia Maira Bandeira.

Uma pesquisa da ONG Serenas, entidade dedicada a prevenir as violências baseadas no gênero no Brasil por meio da educação, indica que temos um duro trabalho pela frente. De acordo com o estudo, sete em cada 10 professores, dos 1.300 entrevistados, disseram que já presenciaram no último semestre meninos sexualizando meninas ou fazendo cantadas indesejadas. E apenas um a cada três professores recebeu algum tipo de capacitação para lidar com essas situações.

O Instituto Maira Bandeira funciona em São Paulo, mas Maira espalha suas políticas de combate à violência contra mulheres e meninas por todo o país por meio de palestras, workshops e seminários. “Realizamos, inclusive, por diversas escolas públicas, conscientizando tanto alunos e professores sobre essas questões. São sementes que estamos plantando hoje para colher os frutos adiante”, conta a fundadora do IMB, que é campeã de Jiu-Jitsu.

Entre outras políticas, Maira sugere a implantação de uma disciplina de “Prevenção à Violência e Protocolos de Segurança Feminina”, que a aula de educação física não seja apenas recreativa e que os estudantes aprendam “Luta para Defesa Pessoal” com professores devidamente capacitados, e que as instituições de ensino com protocolos rígidos de acolhimento sejam identificadas por um “Selo de Segurança”.

Fonte: Assessoria

<https://correiodosmunicipios-al.com.br/geral/2026/04/09/185198-combate-a-violencia-contra-as-mulheres-deve-ganhar-mais-espaco-nas-instituicoes-de-ensino>

Veículo: Online -> Site -> Site Correio dos Municípios/AL